

PUBLICAÇÃO: 10/11/2017



Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

## Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

O **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil** engloba o Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios e o Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas. O Atlas é, **uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)** de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação (UF), 21 Regiões Metropolitanas (RM) e 3 Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE) e suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). O Atlas traz, além do IDHM, mais de 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Concebido como uma ferramenta simples e amigável de disponibilização de informações, o **Atlas Brasil** facilita o manuseio de dados e estimula análises. A ferramenta oferece um panorama do desenvolvimento humano e da desigualdade interna dos municípios, estados e regiões metropolitanas. A relevância do Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios vem justamente da capacidade de fornecer informações sobre a unidade político-administrativa mais próxima do cotidiano dos cidadãos: o município. Por sua vez, o Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas permite conhecer as desigualdades a nível intramunicipal, entre “bairros” de uma mesma região metropolitana.

Os municípios e as regiões metropolitanas brasileiras são peças importantes de um complexo mosaico, com inúmeros desafios, mas também enormes oportunidades. São mais de 5 mil territórios férteis em criatividade e experiências na busca por soluções inovadoras para o desenvolvimento local. Ao proporcionar um olhar mais próximo sobre os municípios, estados e regiões metropolitanas brasileiras, o **Atlas Brasil** orienta caminhos e provoca reflexões sobre os rumos do desenvolvimento humano no país.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
Fundação João Pinheiro

FONTE: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>



## Sísmica. Diretrizes para Gerenciamento de Terras em Áreas Afetadas por Falhas

Após o terremoto de Aquila de 2009, uma falha ativa e capaz (falha de Paganica) envolveu uma parte do território ocupada por artefatos de vários tipos (edifícios, estradas, linhas de vida, etc.), exortando a Região Abruzzo a solicitar a colaboração de Departamento de Proteção Civil (DPC) para definir os critérios para gerenciar áreas adjacentes à falha.

O documento consiste em duas partes.

Na primeira parte, descreve-se o fenômeno físico de fatos ativos e capazes e / ou potencialmente ativos e capazes e descreve um procedimento operacional técnico para determinar a forma e o tamanho das zonas de falha.

A seção SEGUNDA governa os usos da terra em zonas de falhas ativas e capazes, tanto do ponto de vista urbano quanto do ponto de vista das classes de uso de artefatos. Ele fecha esta parte do documento uma breve descrição dos papéis desempenhados no processo pelas instituições públicas.

FONTE: [http://www.protezionecivile.gov.it/resources/cms/documents/Linee\\_Guida\\_Faglie\\_Active\\_Capaci\\_2016.pdf](http://www.protezionecivile.gov.it/resources/cms/documents/Linee_Guida_Faglie_Active_Capaci_2016.pdf)



## Síntese das Políticas Nacionais de Gestão da Seca

Este documento sintetiza os conceitos apresentados ao longo das seis oficinas.

FONTE: [http://www.droughtmanagement.info/literature/UNW-DPC\\_Synthesis\\_Capacity\\_Development\\_to\\_Support\\_NDMP\\_2015.pdf](http://www.droughtmanagement.info/literature/UNW-DPC_Synthesis_Capacity_Development_to_Support_NDMP_2015.pdf)



## [GUIA] Módulo de Resposta Rápida para intérpretes humanitárias

Confrontado com a sucessão atual de desastres naturais, InZone tem o prazer de dar

acesso ao seu [Módulo de Resposta Rápida \(MRR\)](#) (senha: **rrm2017**) para os intérpretes humanitárias. O RRM oferece orientação para aqueles que apoiam a comunicação multilingue em emergências. Ele fornece insights sobre técnicas básicas para pessoas que necessitam para atuar como intérpretes humanitárias, e ajuda os usuários de serviços de interpretação humanitárias para entender melhor como esses linguistas operar.

Além disso, o RRM olha para uma série de questões éticas que surgem nos caminhos dos intérpretes humanitárias como eles orientar através destas configurações de emergência.

FONTE:[http://inzone.unige.ch/rrm/?utm\\_source=INEE+email+lists&utm\\_campaign=7750bed1be-BWB\\_2015\\_7\\_2&utm\\_medium=email&utm\\_term=0\\_710662b6ab-7750bed1be-25743853](http://inzone.unige.ch/rrm/?utm_source=INEE+email+lists&utm_campaign=7750bed1be-BWB_2015_7_2&utm_medium=email&utm_term=0_710662b6ab-7750bed1be-25743853)

FONTE:[http://unige.ch/inzone/who-we-are/?utm\\_source=INEE+email+lists&utm\\_campaign=7750bed1be-BWB\\_2015\\_7\\_2&utm\\_medium=email&utm\\_term=0\\_710662b6ab-7750bed1be-25743853](http://unige.ch/inzone/who-we-are/?utm_source=INEE+email+lists&utm_campaign=7750bed1be-BWB_2015_7_2&utm_medium=email&utm_term=0_710662b6ab-7750bed1be-25743853)



## **Debate em SP discute papel do mercado financeiro no combate às mudanças climáticas**

Os mercados financeiros têm incorporado cada vez mais elementos socioambientais em seus índices, o que, conseqüentemente, influencia na escolha de projetos para investimento. Por esse motivo, empresas precisam monitorar, relatar e mitigar a emissão de carbono geradas por suas atividades.

Este foi um dos principais pontos debatidos no 4º Workshop “Diálogos de Financiamento Climático”, promovido pelo Grupo de Trabalho de Energia e Clima da Rede Brasil do Pacto Global no fim de outubro (17/10) na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), na capital paulista.

Pesquisadores e representantes de diversas empresas compartilharam conhecimentos em sustentabilidade para acesso aos recursos financeiros destinados à contenção dos avanços das mudanças climáticas.

Annelise Vendramini, professora e pesquisadora do Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Fundação Getulio Vargas (FGV), explicou que o momento é de grandes mudanças no setor, e para que a transição para a economia de baixo carbono ocorra de forma eficiente, é necessário unir diversos atores: os governos, para regulamentar as emissões, o setor privado, que deve produzir de forma sustentável, e o setor financeiro, para subsidiar este processo.

“A mudança do clima veio para ficar. Trata-se de uma nova era geológica, e o mundo econômico e político precisam encontrar respostas para estarmos alinhados a esse novo momento em que o planeta se encontra”, salientou.

Nesse contexto, um estudo realizado pelo Conselho de Estabilidade Financeira, órgão que regula o sistema financeiro internacional, sugere o diálogo entre investidores e empresas sobre os riscos envolvidos quanto à mudança do clima e a transição para uma economia de baixo carbono, o que inclui a precificação de carbono e a introdução de títulos verdes no mercado de capitais, conhecidos como “green bonds”.

“A mudança do clima precisa entrar nas discussões gerenciais das empresas para que bancos e investidores possam direcionar seus recursos de forma sustentável. É preciso tornar os fluxos financeiros consistentes para promover o desenvolvimento baseado em baixas emissões de carbono e resiliente às mudanças climáticas, pois essa já é uma realidade e precisamos adaptar nossas formas de fazer negócios”, recomenda Vendramini.

De acordo com a pesquisadora, dos 197 países, 168 assinaram em 2016 o Acordo de Paris, tratado sobre a mudança do clima que rege medidas de redução das emissões de carbono a partir de 2020. Nesse cenário de transição, ela disse que o Brasil possui um papel fundamental a desempenhar, principalmente quanto ao uso consciente da terra pelo agronegócio.

“Ao apresentar sua Contribuição Nacionalmente Determinada (INDC) ao acordo, o Brasil passou a ser um ator importante no centro da agenda climática, podendo fazer com que seu produto se desenvolva e seja um protagonista desses novos compromissos como base na competitividade sustentável”, disse.

Segundo ela, atualmente, mais de 40 países possuem mecanismos de precificação de carbono, seja em formato de tributação, de mercado ou de modo híbrido, interferindo diretamente nas funções econômico-financeiras dos países e das empresas. O Ministério da Fazenda brasileiro vem estudando as opções sobre os melhores caminhos para a precificação do carbono e quais seriam os preços e impactos para diferentes setores da economia, acrescentou.

### **Impactos futuros e inovação**

A gerente de sustentabilidade do Itaú Unibanco, Maria Eugênia Taborda, acredita que conscientizar e mobilizar todos os setores das empresas sobre o tema, de forma interna e externa, é fundamental para avaliar riscos, oportunidades e elaborar métricas para qualificar como as mudanças no clima estão interferindo nos negócios.

“As questões climáticas talvez não sejam a pauta mais importante para as empresas no momento, mas definitivamente não se pode ignorá-la. E a precificação de carbono é um dos primeiros passos para que isso ocorra, já que, enquanto não há uma interferência nos preços, nada muda”, afirmou.

Ela disse que as linhas de financiamento ou de crédito já estão atrelando variáveis socioambientais em avaliações de risco para saber quais os impactos das mudanças climáticas e como isso afeta a receita e o mercado das empresas. “Além disso, é preciso pensar nos impactos futuros e romper com a mentalidade de curto prazo para enxergar caminhos inovadores”, acrescentou.

## **Verbas públicas**

Por meio de financiamento público, cerca de 15 bilhões de reais são destinados por ano a projetos que envolvem a economia verde, revelou Raphael Stein, da área de Meio Ambiente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Apesar de crescente, esse valor representa apenas cerca de 16% do total de investimentos feitos pelo banco. “Para avançar com esses números, temos uma política de melhores condições para projetos ambientalmente amigáveis, principalmente quando se trata de geração de energia solar e eólica”, disse.

A tendência, segundo Stein, é que bancos e fundos de investimentos empreguem seus recursos apenas por meio de títulos verdes. “O cenário atual vem exigindo que empresas e projetos apresentem suas diligências de impactos socioambientais e estimativas de redução de emissões de carbono. Na mesma medida, há uma diversidade de fundos de investimento disponíveis por meio de ‘green bonds’, e a procura por esse tipo de recurso vem crescendo, o que diminui a taxa de juros para quem pretende captar por essa modalidade”, afirmou.

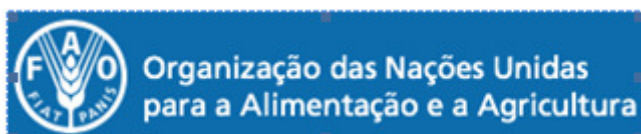
## **Workshops e publicação**

Este foi o último da série de quatro workshops que, ao longo de 2017, reuniu diversas instituições financeiras e empresas interessadas em investimentos verdes. O coordenador do GT de Energia e Clima da Rede Brasil do Pacto Global e coordenador de sustentabilidade da Braskem, Luiz Xavier, avaliou que, desde o primeiro encontro, em abril, a iniciativa foi essencial para mobilizar a comunidade empresarial a focar em negócios sustentáveis.

“Trazer mais informações e compartilhar conhecimentos foi fundamental para estabelecer a interação entre investidores e empresas interessadas em recursos verdes. Esperamos que o fechamento desse ciclo tenha aberto mais portas e gerado novas oportunidades rumo ao cumprimento da Agenda 2030”, ressaltou.

Em 2018, a Rede Brasil lançará uma publicação com as principais temáticas e ações discutidas. O objetivo é que o conteúdo possa continuar facilitando o acesso das empresas às fontes de financiamento voltados para a economia verde.

FONTE: <http://www.pactoglobal.org.br/Artigo/324/Investidores-atentos-as-mudancas-climaticas>



## **Governo brasileiro e FAO assinam novo acordo de cooperação para desenvolvimento rural**

O governo brasileiro e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) uniram forças para promover o desenvolvimento rural e territorial nos países da América Latina e do Caribe.

O **ministro da Integração Nacional**, Helder Barbalho, e o oficial de políticas da FAO para a América Latina e o Caribe, Adoniram Sanches, assinaram na terça-feira (7) o novo acordo de cooperação internacional.

“O Brasil promove políticas públicas locais que garantem o acesso de todos a alimentos e a uma vida plena. Mas, além de políticas para brasileiros, o Brasil acredita na missão global da FAO. Isso nos leva a debater, trocar experiências e trabalhar em conjunto. Essa é a vontade do governo brasileiro”, disse Barbalho.

O acordo visa fortalecer a capacidade dos países de implementar políticas que permitam reduzir as desigualdades territoriais e promover o desenvolvimento rural sustentável.

“Estamos em um momento crítico na história da América Latina e do Caribe: pela primeira vez em décadas, a fome está crescendo. Portanto, hoje mais do que nunca temos que unir forças e promover a cooperação entre os países”, disse Sanches.

O memorando de entendimento assinado na cidade de Santiago, no Chile, destaca três áreas específicas nas quais se concentrará o trabalho conjunto do ministro da Integração Nacional do Brasil e da FAO.

A primeira será o fortalecimento da Rede Latino-Americana de Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional (REDE), criada em 2013 com o apoio da União Europeia, da OCDE e da CEPAL.

A segunda área de trabalho estará focada em apoiar as políticas nacionais de redução das desigualdades entre as regiões dos países e promover o desenvolvimento rural sustentável.

“Trabalharemos com as comunidades para encontrar soluções que respeitem a identidade e a cultura local, por meio da troca de experiências, aprendizagens e práticas inovadoras de desenvolvimento rural”, explicou Sanches.

Avançar rumo à inclusão social e à redução das desigualdades nas áreas rurais, com melhor distribuição de oportunidades e de acesso a bens e serviços públicos de qualidade, é o terceiro objetivo da colaboração entre a FAO e o ministério.

As ações serão implementadas pelas autoridades brasileiras, pelo Escritório Regional da FAO para América Latina e Caribe e pela representação da FAO no Brasil, em articulação com o Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO.

“A fome não terá fim sem um desenvolvimento efetivo e equitativo entre as diversas

regiões dos países. Isso requer soluções inovadoras, parcerias e cooperação. É por isso que a FAO está trabalhando em estreita colaboração com os países para que, mediante a Cooperação Sul-Sul, a América Latina e o Caribe continuem a compartilhar soluções de desenvolvimento, envolvendo todos os atores”, disse Sanches.

### **Soluções público-privadas**

A assinatura do acordo entre a FAO e o Brasil ocorreu durante a abertura do seminário regional Agenda 2030, mecanismos inclusivos: realidades e possibilidades com o setor rural privado.

O evento de dois dias reunirá líderes de agricultura familiar, empresas privadas e altos funcionários governamentais dos países do MERCOSUL ampliado: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

Os participantes buscarão soluções para construir sistemas alimentares inclusivos e saudáveis na região, que lhes permitam enfrentar o aumento da fome ocorrido nos últimos anos, bem como combater a pobreza rural e o aumento explosivo do excesso de peso e da obesidade.

Para isso, é essencial identificar quais são as políticas públicas necessárias para conseguir uma maior e melhor participação da agricultura familiar nos sistemas alimentares.

### **Brasil e FAO: uma história bem sucedida de Cooperação Sul-Sul**

Com o novo acordo assinado, o Brasil e a FAO continuam uma longa e bem sucedida trajetória de Cooperação Sul-Sul trilateral.

Desde 2008, o governo do Brasil, representado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a FAO trabalham juntas para promover o desenvolvimento rural sustentável, a agricultura familiar e a segurança alimentar e nutricional nos países da América Latina e do Caribe.

Por meio do Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO, são executados projetos em toda a região nas áreas de alimentação escolar, fortalecimento de organizações da sociedade civil e do setor algodoeiro, apoio à segurança alimentar e nutricional, eliminação da pobreza e promoção de políticas agroambientais, entre outros.

<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1058223/>

## EVENTOS



### **BID e Inhotim realizam seminário internacional sobre mudança do clima e biodiversidade**

O Instituto Inhotim e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) realizam entre 29 de novembro e 1º de dezembro em Brumadinho (MG) o **seminário internacional “Mudança Climática e Biodiversidade: Ideias e Atitudes que Fazem Diferença”**, com o intuito de sensibilizar o público e apresentar ações inspiradoras que contribuem para o desenvolvimento sustentável. O evento reunirá especialistas brasileiros e estrangeiros, e as palestras terão transmissão ao vivo pela Internet.

O botânico Ghilleen Prance, consultor do Kew Garden e Eden Project, do Reino Unido, fará a palestra de abertura. Nos dias seguintes, quatro painéis abordarão temas como importância dos jardins botânicos, papel dos setores público e privado, soluções locais e interface entre ciência e tecnologia.

Entre os palestrantes estão o pesquisador Ernst Gotsch, criador do conjunto de princípios e técnicas que compõem a Agricultura Sintrópica; a diretora-executiva da Forest Stewardship Council (FSC) Brasil, Aline Tristão; o engenheiro agrônomo Harri Lorenzi, do Jardim Botânico Plantarum, de São Paulo; e o assessor sênior do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Haroldo Machado Filho, que irá moderar a mesa de debate “Interface entre ciência, tecnologia e tomada de decisão pública e privada para o combate à mudança climática”.

Segundo o diretor do Jardim Botânico do Inhotim e um dos palestrantes do evento, Lucas Sigefredo, o seminário é um convite para o público participar de movimentos e práticas sustentáveis. “O Inhotim é um terreno fértil para esse tipo de reflexão e tomada de consciência. Estar num lugar que congrega dois acervos – de arte e botânica –, que possui plantas dos cinco continentes e artistas do mundo inteiro, traz uma nova qualidade à discussão”, disse Sigefredo, destacando as particularidades de se realizar um seminário como esse dentro do parque. “Vamos falar de biodiversidade dentro da biodiversidade, num espaço que já passou por muitas mudanças e hoje constitui um refúgio ímpar para fauna e flora”.

Desde sua abertura ao público, em 2006, o Inhotim tem contribuído para a conservação da biodiversidade. Em 2010, a instituição foi reconhecida como Jardim Botânico, tornando-se um agente de sensibilização e educação sobre as temáticas de mudança global do clima, sustentabilidade, proteção e conservação da flora e fauna locais. O instituto possui, ainda, cerca de 4,5 mil espécies botânicas e uma Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN), com 254 hectares.



Todas essas ações levaram o BID a enxergar o Inhotim como um agente de mudança positiva e um importante ator no debate global sobre a mudança climática, comenta o representante do BID no Brasil, Hugo Flórez Timorán. “Ainda são muitos os desafios para conservar a biodiversidade, e este seminário é uma oportunidade de colocar na mesa ideias e ações inovadoras, com riqueza de pontos de vista de áreas distintas”, disse.

Por meio de suas práticas de combate à mudança do clima, o Inhotim está em consonância com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Os trabalhos ambientais e de pesquisa desenvolvidos no instituto são consequência de parcerias com instituições de renome internacional, incluindo o BID, o PNUD e a ONG World Wide Fund for Nature (WWF Brasil), todos apoiadores do seminário.

### **Transporte**

Nos três dias de evento, serão disponibilizados ônibus de Belo Horizonte até o Inhotim. As vagas são limitadas a 80 participantes, conforme ordem de cadastro. Mais informações serão enviadas por e-mail aos inscritos.

### **Sobre o Instituto Inhotim**

Aberto ao público em 2006, o Inhotim já recebeu mais de 2,7 milhões de visitantes, sendo 400 mil de outros países. Localizado em Brumadinho, Minas Gerais, a 60 quilômetros da capital, Belo Horizonte, o instituto convida seus visitantes a se relacionarem com o mundo de forma mais crítica, consciente e transformadora. Atualmente, o acervo de arte contemporânea possui cerca de 1,3 mil obras. Destas, 700 estão expostas nas 23 galerias e nos jardins do instituto. O Jardim Botânico é composto por cerca de 4,5 mil espécies nativas e raras de todos os continentes.

O PNUD tem acordo de cooperação com o Inhotim desde 2016, com objetivo de coordenar redes institucionais e recursos humanos e financeiros para incentivar a promoção de medidas de mitigação e de compensação de gases de efeito estufa resultantes das operações do instituto mediante o cancelamento de “Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), provenientes de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL). Na parceria, também estão previstas iniciativas de promoção do desenvolvimento de mecanismos voluntários de compensação individual de emissões desses gases, com base na metodologia aplicada na Conferência Rio+20, em 2012.

FONTE: <http://conteudo.inhotim.org.br/seminario-bid>

# **Redução do risco de desastres: criando resistência para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável - K-Safety no KINTEX**

## **Antecedentes e Introdução**

Na **Terceira Conferência Mundial da ONU para Redução do Risco de Desastres (WCDRR)** em março de 2015, 187 Estados membros da ONU adotaram o Quadro Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015-2030 - o plano global para a redução do risco de desastres (DRR).

O quadro de Sendai foi o primeiro grande acordo da agenda de desenvolvimento pós-2015, com sete metas globais e quatro prioridades de ação. Fornece o caminho a seguir para evitar e reduzir o risco de desastres e oferece uma solução para salvar vidas, meios de subsistência e ativos, bem como para reduzir o fardo fiscal sobre os governos para resgatar os restos do "desenvolvimento" falido.

**O foco principal da Sendai Framework no gerenciamento de riscos mais forte é um dos elementos-chave que une a Agenda de Desenvolvimento Sustentável de 2030 e o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas.** A implementação do Framework Sendai, que aborda um amplo alcance de riscos naturais e causados pelo homem e riscos ambientais, tecnológicos e biológicos relacionados, reduzirá substancialmente o nível de risco e perdas de desastres e contribuirá para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Sob a liderança dos governos nacionais que abrangem todos os atores de todos os níveis e o envolvimento de toda a sociedade, o Sendai Framework é um meio para proteger os bens econômicos, físicos, sociais, culturais e ambientais de pessoas, comunidades, empresas e países.

Aprendendo com o Quadro de Ação de Hyogo 2005-2015 (HFA), o Marco de Sendai reconhece o papel principal dos Estados e enfatiza a importância das ações de nível local. O quadro especifica nas suas atividades de Prioridades para Ações a nível nacional e local. Entre os sete alvos globais (a) - (g), o objetivo (e) é: Aumentar substancialmente o número de países com estratégias nacionais e locais de redução de riscos de desastres até 2020. Esse objetivo preciso é compartilhado com indicadores de ODS 1 que requerem fim da pobreza, ODS 11 em cidades e comunidades sustentáveis e ODS 13 sobre ação climática.

## **Objetivo**

Compreender a importância do desenvolvimento com base no risco: o quadro de Sendai para a redução do risco de desastre em coerência com a **Agenda de Desenvolvimento Sustentável de 2030**.

FONTE: [http://www.preventionweb.net/files/55757\\_DRR-SDG-Kintex\\_Agenda.pdf](http://www.preventionweb.net/files/55757_DRR-SDG-Kintex_Agenda.pdf)

## **INFORMAÇÕES**

### **PROMOTOR BRASIL**

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

### **CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO**

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

### **INFORMATIVOS UNISDR**

<http://www.eird.org/camp-10-15>

### **PREVENTIONWEB**

<http://www.preventionweb.net/english/>

### **SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>

### **CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES - PARANÁ**

<http://www.ceped.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>

### **COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL SP**

<http://www.defesacivil.sp.gov.br/>

### **SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL – RIO DE JANEIRO**

<http://www.rj.gov.br/web/sedec/exibeconteudo?article-id=4173185>

### **COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL DE MINAS GERAIS**

<http://www.defesacivil.mg.gov.br/index.php/ajuda/page/280-programa-minas-mais-resiliente-edital-de-chamamento-publico-n-01-2016-resultado-de-analise-das-propostas>